

**Projecto "Bem-estar: Sociedade civil e autoridades coordenadas no alcance da educação e protecção participativas, inclusivas e sustentáveis"**

**REFERÊNCIA DE PUBLICAÇÃO: 01/TDHIT/NDICI AFRICA/2024/456-515**

## **Convite para Concorrer no Fornecimento de Viatura Nova 0km**

### **Instrução aos proponentes**

Ao apresentar uma proposta, os proponentes aceitam integralmente e sem reservas as condições gerais e especiais que regem o presente contracto como única base do presente processo de concurso, independentemente das suas próprias condições de venda, a que renunciam. Considera-se que o proponente leu atentamente e aceitou todos os formulários, instruções, disposições contratuais e especificações que integram o presente processo de concurso. Se o proponente não tiver apresentado, dentro do prazo fixado, todas as informações e todos os documentos necessários, a sua proposta será excluída. Não serão aceites quaisquer observações na proposta em relação ao processo de concurso. As reservas eventualmente apresentadas poderão implicar a rejeição imediata da proposta, não sendo dado seguimento ao processo de avaliação da mesma.

### **Bens a serem fornecidos**

Os fornecimentos solicitados pela autoridade contratante estão descritos nos termos e referências e nas especificações técnicas que constituem a parte B do presente processo do convite fechado à apresentação de propostas.

### **1. Fornecimento objecto do concurso**

- 1.1 O objecto do presente concurso é o fornecimento ao contratante dos seguintes produtos dividido em lote unico
  - **LOTE UNICO - Fornecimento de 1 (uma) viatura Pick-up nova 0km**
- 1.2 Os itens referidos deverão ser entregues nos lugares especificados (Nampula) mediante **Incoterm DDP**, num prazo de 15 dias uteis contados a partir da data de notificação da adjudicação.

Os fornecimentos devem corresponder plenamente às especificações técnicas indicadas no processo de concurso (anexo técnico) e, nomeadamente, respeitar quantidades, medidas e outras instruções.

## 2. Calendário

	DATA	HORA*
Data-limite para solicitar esclarecimentos à autoridade contratante	20/10/2024	12h
Data-limite para a prestação de esclarecimentos pela autoridade contratante	24/10/2024**	-
Data-limite para a apresentação das propostas	08/11/2024	17h
Sessão de abertura das propostas	12/11/2024**	10h
Notificação da adjudicação ao proponente seleccionado	15/11/2024**	-

\* As horas são indicadas na hora local do país da autoridade contratante

\*\* Data provisória

## 3. Participação

A participação neste concurso para fornecimento de serviços está aberta a todos os fornecedores interessados e que cumpram os critérios exigidos.

- 3.1 A participação no concurso está aberta em igualdade de circunstâncias a todas as pessoas singulares e pessoas colectivas (que participem individualmente ou em grupo – consórcio – de proponentes) efectivamente estabelecidas num dos Estados-Membros da União Europeia, num Estado ACP ou num país ou território autorizado pelo Acordo de Parceria ACP-CE, ou num país ou território elegível em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 236/2014 [Países e Territórios Ultramarinos (PTU) e Estados-Membros da OCDE]. A participação no concurso está igualmente aberta a organizações internacionais. Todos os fornecimentos no âmbito deste contracto devem ser originários de um ou mais desses países. Contudo, podem ser originários de qualquer país se o montante dos fornecimentos a adquirir (como um todo ou, se dividido em lotes, por lote) for inferior a 100 000 EUR.
- 3.2 Estas condições são aplicáveis a todos os nacionais desses Estados e a todas as entidades jurídicas, sociedades ou parcerias efectivamente estabelecidas nesses Estados. Para demonstrar o cumprimento desta regra, os proponentes que sejam pessoas colectivas devem apresentar os documentos exigidos por força da legislação nacional desse país.
- 3.3 As condições de elegibilidade referidas nos pontos 3.1. e 3.2. são igualmente aplicáveis a todos os membros de uma empresa comum/consórcio, todos os subcontratantes, bem como

a todas as entidades a cujas capacidades o proponente recorre para os critérios de selecção. Todos os proponentes, membros de uma empresa comum ou de um consórcio, todas as entidades que proporcionem capacidades, todos os subcontratantes que executem mais de 10 % das prestações devem provar que cumprem estas condições. Devem demonstrar a sua elegibilidade através de um documento datado de há menos de 1 ano em relação ao prazo para a apresentação das propostas, elaborado em conformidade com a legislação ou a prática nacional, ou uma cópia dos documentos originais relativos à constituição e/ou à situação jurídica da sua sociedade, comprovativos do respectivo local de registo e/ou da sua sede social, bem como, caso seja diferente, da sua administração central. A entidade adjudicante pode aceitar outra prova satisfatória do cumprimento destas condições.

- 3.4 As pessoas singulares ou colectivas não estão autorizadas a participar neste concurso nem poderão ser adjudicatárias de um contracto se se encontrarem numa das situações referidas nos pontos 2.4 (Medidas restritivas da UE), 2.6.10.1 (Critérios de exclusão) ou 2.6.10.1.2 (rejeição de participação num concurso) do guia prático. Se o fizerem, a sua proposta será considerada inadequada ou irregular, respectivamente. Nos casos enumerados no ponto 2.6.10.1 do guia prático, os proponentes também podem ser excluídos dos procedimentos financiados pela UE e sujeitar-se a sanções financeiras de montante até 10 % do valor total do contracto em conformidade com o Regulamento Financeiro em vigor. Estas informações podem ser publicadas no sítio Web da Comissão, em conformidade com o Regulamento Financeiro em vigor. Os proponentes devem apresentar declarações sob compromisso de honra que demonstrem que não se encontram em nenhuma destas situações de exclusão. Tais declarações devem abranger todos os membros das empresas comuns e consórcios. Os proponentes que prestem falsas declarações poderão igualmente incorrer em sanções financeiras e ser excluídos, conforme previsto no Regulamento Financeiro em vigor. As respectivas propostas serão consideradas irregulares.
- 3.5 As situações de exclusão acima referidas aplicam-se igualmente a todos os parceiros de uma empresa comum/consórcio, todos os subcontratantes e fornecedores do proponente, bem como a todas as entidades a cujas capacidades o proponente recorre para os critérios de selecção. A pedido da autoridade contratante, o proponente/contratante deve apresentar uma declaração do subcontratante previsto atestando que não se encontra em nenhuma das situações de exclusão. Em caso de dúvida sobre esta declaração sob compromisso de honra, a autoridade contratante solicita a prova documental de que o subcontratante não se encontra em nenhuma das situações de exclusão.
- 3.6 Para poderem participar no presente concurso, os proponentes devem provar à autoridade contratante que satisfazem as condições jurídicas, técnicas e financeiras exigidas e que possuem a capacidade e os recursos necessários para executar eficazmente o contracto.

#### 4. Origem

- 4.1 Salvo disposição em contrário no contracto ou infra, todas as mercadorias compradas ao abrigo do contracto devem ser originárias de um Estado-Membro da União Europeia ou de um país ou território das regiões abrangidas e/ou autorizadas pelos instrumentos específicos aplicáveis ao programa definido na cláusula 3.1 supra [Estado ACP, Países e Territórios Ultramarinos (PTU) e Estados-Membros da OCDE]. Neste contexto, por origem entende-se o local onde os produtos são extraídos, cultivados, produzidos ou fabricados e/ou a partir do qual os serviços são prestados. A origem das mercadorias deve ser determinada em conformidade com os acordos internacionais pertinentes (nomeadamente os acordos da OMC), que se traduzem em legislação da UE em matéria de regras de origem para efeitos aduaneiros:

*Os proponentes devem apresentar uma declaração assinada pelo seu representante, na qual certificam que respeitam este requisito. O proponente está obrigado a verificar se a informação fornecida está correta. Caso contrário, o proponente corre o risco de ser excluído devido à apresentação negligente de informações falsas. Para mais informações, ver o ponto 2.3.5 do guia prático.*

- 4.2 Ao apresentar a sua proposta, o proponente deve declarar expressamente que todos os produtos estão conformes com as exigências em matéria de origem e mencionar os respectivos países de origem. Para o efeito, poderão ser-lhe solicitadas informações complementares.

## **5. Tipo de contracto**

Preço unitário

## **6. Moeda**

As propostas devem ser apresentadas em MZN (Meticais)

## **7. Prazo de validade das Propostas**

Os proponentes ficam vinculados pelas suas propostas durante **120** dias a contar da data-limite para a apresentação das propostas

## **8. Lotes**

- 8.1 Proponente pode apresentar uma proposta para lote unico
- 8.2 O lote será objeto de uma adjudicação distinta.
- 8.3 A adjudicação dos itens previstos no lote unico não será fraccionada.

- 8.4 Na sua proposta, o proponente pode incluir o desconto global que estaria disposto a conceder caso lhe fossem adjudicados o lote unico. O desconto deve ser claramente indicado por forma a poder ser anunciado durante a sessão de abertura das propostas.
- 8.5 A adjudicação será realizada por lote unico, no entanto, a autoridade contratante escolherá a solução global mais favorável, tendo em conta os descontos eventualmente propostos.

## **9. Língua das propostas**

A proposta, os documentos relacionados com a proposta e toda a correspondência trocada entre o proponente e a autoridade contratante devem ser redigidos em português.

## **10. Apresentação de Propostas**

As propostas devem ser enviadas à autoridade contratante até a data limite de **08/11/2024**, às **17h** locais. As propostas devem incluir todos os documentos exigidos no ponto 11 das presentes instruções e ser enviadas:

**QUER** por correio ou por serviços de entrega, caso em que faz fé o carimbo dos correios ou a data do recibo de entrega<sup>1</sup> a:

**Escritórios Terre des Hommes Itália**

**Rua de Sofala, nº R/C, em frente a 2º esquadra, Bairro Muaivire- Cidade de Nampula**

**QUER** directamente entregues em mão pelo participante ou por um agente encarregue nas instalações da autoridade contratante, contra-entrega de um recibo assinado e datado, caso em que faz fé o aviso de recepção, a:

**Escritórios Terre des Hommes Itália**

**Rua de Sofala, nº R/C, em frente a 2º esquadra, Bairro Muaivire- Cidade de Nampula**

De segunda a quinta-feira, das 8 horas às 16 horas.

Às sexta feira, das 8 horas às 14 horas.

**As propostas apresentadas por qualquer outro meio não serão consideradas**

A autoridade contratante pode, por razões de eficiência administrativa, rejeitar os pedidos ou propostas apresentados em tempo útil ao serviço postal mas recebidos, por qualquer razão que

---

<sup>1</sup> Recomenda-se a utilização de correio registado, no caso de o carimbo do correio não ser legível.

escape ao controlo da autoridade contratante, após a data efectiva de aprovação do relatório de pré-selecção ou do relatório de avaliação, se a aceitação de candidaturas ou propostas que foram apresentadas em tempo útil mas recebidas tardiamente atrasar consideravelmente o processo de avaliação ou puser em causa as decisões já tomadas e notificadas.

As propostas devem ser apresentadas utilizando envelope fechado.

No envelope exterior devem figurar as seguintes informações:

- a) O endereço para a apresentação das propostas acima indicado;
- b) O código de referência do concurso, ou seja, **01/TDHIT/NDICI AFRICA/2024/456-515**
- c) A expressão «Não abrir antes da sessão de abertura das propostas»
- d) O nome do proponente.

As propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas e não serão avaliadas.

## **11. Conteúdo das propostas**

O incumprimento dos requisitos a seguir referidos constitui um vício de forma que pode implicar a rejeição da proposta. Todas as propostas apresentadas devem satisfazer os requisitos do processo do concurso e incluir:

### **Parte 1: Proposta técnica**

Uma descrição minuciosa dos fornecimentos objecto do concurso em conformidade com as especificações técnicas.

A proposta técnica deve ser apresentada com base na minuta correspondente (anexos II+III\*, proposta técnica) a que podem ser acrescentadas folhas para a apresentação dos pormenores necessários.

### **Parte 2: Proposta financeira**

Uma proposta financeira calculada numa base Incoterm DDP para fornecedores sedeados em Moçambique, para os fornecimentos objeto do concurso.

A proposta financeira deve ser apresentada com base na minuta correspondente (anexo IV\*, repartição do orçamento) a que podem ser acrescentadas folhas para a apresentação dos pormenores necessários.

Os participantes deverão especificar o preço total da oferta, incluindo os preços dos materiais e dos serviços auxiliares (**peças sobressalentes – garantia, etc.**)

### **Parte 3: Documentação**

A apresentar com base nos modelos em anexo\*:

- O formulário de apresentação da proposta para um contrato de fornecimento, juntamente com o seu anexo 1 “Declaração sob compromisso de honra relativa aos critérios de exclusão e aos critérios de selecção”, devidamente preenchidos;
- Certificados a meio dos últimos exercícios financeiros (modelo M20 ou balanços dos últimos 2 anos);
- Os dados referentes à conta bancária para depósito dos pagamentos (ficha de identificação financeira), juntamente com carta de Abono ou acesso ao crédito do Banco de referência;
- A ficha de identificação Jurídica;
- Alvará ou Registro Comercial, documentos da empresa (Quitaações, NUIT; registros.);
- Cópia do certificado que comprova o título de revendedor oficial da marca do/s veículo/s proposto/s;
- **CERTIFICADO/DECLARAÇÃO DE ORIGEM DAS VIATURA/VEICULOS PROPOSTOS - Todos os bens adquiridos devem ser originários de um país elegível**

Observações:

Os proponentes devem respeitar esta ordem de apresentação.

*No anexo\* figuram os formulários e modelos do processo de concurso. Estes formulários estão igualmente disponíveis em: <http://ec.europa.eu/europeaid/prag/annexes.do?group=C>*

## **12. Impostos ou outros encargos**

As disposições fiscais e aduaneiras aplicáveis são as seguintes: Os preços deverão incluir qualquer imposto/encargo fiscal previsto em Moçambique.

## **13. Informações complementares antes da data-limite para apresentação das propostas**

O processo de concurso deve ser suficientemente claro para evitar pedidos de esclarecimento no decurso do processo por parte dos candidatos. Se a autoridade contratante, quer por iniciativa própria, quer em resposta a um pedido de um candidato incluído na lista restrita, comunicar informações adicionais sobre o processo de concurso, deve comunicar ao mesmo tempo essas informações por escrito a todos os outros candidatos incluídos na lista restrita.

Os proponentes podem formular as suas perguntas por escrito para o endereço abaixo indicado, precisando a referência de publicação e a designação do procedimento de adjudicação:

**Denilson Nhone**

Email: [d.nhone@tdhitaly.org](mailto:d.nhone@tdhitaly.org)

**Escritórios Terre des Hommes Itália- Delegação de Nampula**

**Rua de Sofala, nº 857 R/C, em frente a 2ª esquadra, Bairro Muaivire- Cidade de Nampula**

Att: Email: [a.valgy@tdhitaly.org](mailto:a.valgy@tdhitaly.org)

A Terre des Hommes Itália não têm obrigação de prestar quaisquer esclarecimentos após a data limite indicada na tabela inicial.

## **14. Reunião de esclarecimento/ visita ao local**

Não está prevista qualquer reunião de esclarecimento. Durante o período do concurso não são organizadas outras visitas individuais pelos potenciais proponentes.

## **15. Alteração ou retirada das propostas**

Os proponentes podem alterar ou retirar as suas propostas, mediante notificação por escrito anterior à data-limite para apresentação das propostas referida no ponto 8.3. Terminado este prazo, as propostas não podem ser alteradas. A retirada de uma proposta é incondicional e implica o fim de toda a participação no concurso.

Qualquer notificação de alteração ou de retirada de uma proposta deve ser elaborada e apresentada em conformidade com o disposto no ponto 8. O sobrescrito exterior deve ostentar a menção «Alteração» ou «Retirada», consoante o caso.



## **16. Custos de Elaboração das Propostas**

Não serão reembolsados quaisquer custos incorridos pelo proponente com a elaboração e apresentação da proposta.

## **17. Propriedade das Propostas**

A autoridade contratante conserva a propriedade de todas as propostas recebidas no âmbito do presente concurso. Consequentemente, os proponentes não têm direito à restituição das propostas.

## **18. Abertura das Propostas**

- 18.1 A abertura das propostas destinam-se a verificar se estas estão completas, se as garantias exigidas nos termos do concurso foram apresentadas, se os documentos foram devidamente assinados e se as propostas estão, de uma forma geral, em ordem.

**As propostas serão abertas** em sessão pública no **dia (provisório) 11/11/2024 às 10horas, local em Moçambique, na Rua de Sofala, nº857 R/C, em frente a 2ª esquadra, Bairro Muaivire- Cidade de Nampula Moçambique** pela comissão de avaliação nomeada.

A comissão de avaliação lavrará uma acta da sessão, que poderá ser consultada pelos proponentes que o solicitem. No caso de, na data da sessão de abertura, não terem sido apresentadas algumas propostas à autoridade contratante, mas os seus representantes apresentarem provas de que foram enviadas atempadamente, a autoridade contratante permitir-lhes-á participar na primeira sessão de abertura e informará todos os representantes dos proponentes de que será organizada uma segunda sessão de abertura.

- 18.2 Na sessão de abertura das propostas serão anunciados os nomes dos proponentes, os preços das propostas, os eventuais descontos, as notificações por escrito de alteração ou retirada de propostas, a existência da garantia da proposta (se esta for exigida) e quaisquer outras informações que a autoridade contratante considere adequadas.
- 18.3 Depois da sessão pública de abertura das propostas, não serão fornecidas quaisquer informações relativamente à análise, esclarecimento, avaliação ou comparação das propostas ou às recomendações relativas à adjudicação do contracto antes de esta ter lugar.
- 18.4 Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de influenciar a comissão de avaliação durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação ou comparação das propostas, tendo em vista obter informações sobre o andamento do processo ou condicionar a autoridade contratante quanto à decisão relativa à adjudicação do contracto, dará origem à exclusão imediata da sua proposta.
- 18.5 A autoridade contratante conservará todas as propostas recebidas após a data-limite de apresentação das propostas fixada no anúncio de contracto ou nas presentes instruções. As

respectivas garantias serão devolvidas aos proponentes. A autoridade contratante não assume qualquer responsabilidade pelo atraso na entrega das propostas. As propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas e não serão avaliadas.

## **19. Avaliação das propostas**

### **19.1 Exame da conformidade administrativa das propostas**

Nesta fase, pretende-se determinar se as propostas respeitam os requisitos essenciais do concurso. Considera-se que uma proposta está conforme quanto satisfizer todas as condições, procedimentos e especificações constantes do processo de concurso, sem qualquer divergência substancial nem restrição.

Consideram-se importantes os desvios ou restrições que afectem o âmbito, a qualidade ou a execução do contracto, que difiram em grande medida dos termos do processo de concurso, que limitem os direitos da autoridade contratante ou as obrigações do proponente decorrentes do contracto ou que distorçam a concorrência com os proponentes que apresentaram propostas conformes. As decisões relativas ao facto de uma proposta não estar conforme devem ser devidamente justificadas nas actas da comissão de avaliação.

Serão imediatamente excluídas as propostas que não forem conformes ao processo do concurso, não podendo posteriormente ser tornadas conformes através da introdução de correcções ou de eliminação de desvios ou restrições.

### **19.2 Avaliação Técnica**

Após a avaliação da conformidade administrativa das propostas, a comissão de avaliação pronuncia-se sobre a conformidade técnica de cada proposta, classificando-a como tecnicamente conforme ou como tecnicamente não-conforme.

19.3 No interesse da transparência e da igualdade de tratamento e a fim de facilitar a análise e a avaliação das propostas, a comissão de avaliação pode solicitar individualmente a cada proponente esclarecimentos sobre a sua proposta, incluindo discriminações dos preços, num prazo razoável a fixar pela comissão de avaliação. O pedido de esclarecimento e a respectiva resposta devem ser enviados exclusivamente por escrito e não poderá ter por objectivo obter, oferecer ou autorizar qualquer alteração dos preços ou da substância da proposta, excepto quando tiver em vista confirmar a correcção de erros aritméticos detectados durante a avaliação das propostas nos termos do ponto 20.4. Os eventuais pedidos de esclarecimento não devem distorcer a concorrência. As decisões relativas ao

facto de uma proposta não estar conforme do ponto de vista técnico devem ser devidamente justificadas nas actas da comissão de avaliação.

#### 19.4 Avaliação Financeira

- As propostas que tenham sido consideradas tecnicamente conformes, serão verificadas tendo em vista detectar eventuais erros aritméticos nos cálculos ou nos totais. A comissão de avaliação corrigirá os referidos erros da seguinte forma:
  - Em caso de discrepância entre os montantes indicados em algarismos e os montantes indicados por extenso, prevalecem estes últimos;
  - Excepto no que respeita aos contractos de montante fixo, em caso de discrepância entre um preço unitário e o montante total obtido pela multiplicação desse preço unitário pela quantidade prevista, prevalece o preço unitário.
- Os montantes corrigidos desta forma são vinculativos para o proponente. Caso o proponente não aceite tal correcção, a sua proposta será excluída.
- Salvo disposição em contrário, o objectivo do processo de avaliação financeira consiste em identificar o proponente que ofereça o preço mais baixo. Nos casos previstos nas especificações técnicas, a avaliação das propostas pode ter em conta não só o custo de aquisição, mas, na medida em que tal seja relevante, os custos suportados ao longo do ciclo de vida dos produtos (como, por exemplo, os custos de manutenção e os custos de funcionamento), em conformidade com as especificações técnicas. Nesse caso a autoridade contratante analisará de forma aprofundada todas as informações fornecidas pelos proponentes e decidirá com base no custo total mais baixo, incluindo os custos suplementares.

#### 19.5 Variantes

Não serão tomadas em consideração variantes.

#### 19.6 Critérios de Adjudicação

A adjudicação será realizada com base no critério do *Best Value for Money*, determinado com Base nos seguintes parâmetros:

Qualidade 60% - Preço 40%

PARÂMETRO	PONTUAÇÃO	PESO %
<b>A – Avaliação Técnica</b>		<b>60%</b>
A1. Qualidade do veículo e conformidade do item com as especificações solicitadas	De 1 a 5	55%
A2. Garantia, serviços de assistência pós-venda e instruções em português ou inglês	De 1 a 5	5%
<b>B – Avaliação económica</b>		<b>40%</b>
B1. Preço (Comparado com os valores médios do mercado)	De 1 a 5	30%
B2. Prazo da Entrega	De 1 a 5	5%
B3. Termos de pagamento	De 1 a 5	5%

### 19.7 Confidencialidade

Todo o processo de avaliação é confidencial, sob reserva da política da autoridade contratante em matéria de acesso aos documentos. As decisões da comissão de avaliação são colectivas e as suas deliberações são secretas. Os membros da comissão de avaliação são obrigados a respeitar a confidencialidade. Os relatórios de avaliação e as actas escritas são documentos exclusivamente internos.

## 20. **Notificação da adjudicação**

Antes do termo do período de validade das propostas, a autoridade contratante notificará por escrito o proponente seleccionado de que a sua proposta foi considerada a mais vantajosa, chamando a atenção para a eventual correcção de erros aritméticos durante o processo de avaliação. Esta notificação pode assumir a forma de um convite ao esclarecimento de certos elementos do contracto, incluindo uma lista das questões a discutir, para as quais o proponente se deve preparar. Os esclarecimentos limitar-se-ão unicamente a questões que não tenham contribuído de forma substancial para a selecção da proposta mais vantajosa. O resultado dos esclarecimentos deve constar de um memorando de esclarecimento, que deve ser assinado pelas duas partes e ser integrado no contracto.

Ao apresentar uma proposta, o proponente aceita receber a notificação do resultado do procedimento por via electrónica. Considera-se que essa notificação foi recebida na data em que a autoridade contratante a envia para o endereço electrónico indicado na proposta.

## 21. **Cláusulas deontológicas e código de conduta**

### 21.1 Inexistência de conflitos de interesses

O proponente não poderá estar numa situação de conflito de interesses nem ter nenhuma ligação específica a este respeito com outros proponentes ou partes que participam no projecto. Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a entidade adjudicante durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas conduzirá à rejeição da respectiva proposta e pode resultar em sanções administrativas, em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro em vigor.

#### 21.2 Respeito pelos direitos humanos e cumprimento da legislação em matéria de ambiente e das normas laborais fundamentais

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de protecção de dados. Os proponentes e requerentes aos quais tenham sido adjudicados contractos devem cumprir, em particular e em conformidade com a legislação de base aplicável, a legislação em matéria de ambiente, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais fundamentais, conforme aplicáveis e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (nomeadamente as convenções sobre a liberdade sindical e a negociação colectiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório e a abolição do trabalho infantil).

##### **Tolerância zero para a exploração e abuso sexual:**

A Terre des Hommes italia, pratica uma política de «tolerância zero» em relação a todos os comportamentos ilícitos que influenciem a credibilidade profissional do proponente.

São proibidas todas as formas de violência ou castigo físico ou ameaças de violência ou castigo físico, de abuso ou exploração sexual, de assédio e violência verbal, bem como qualquer outra forma de intimidação.

#### 21.3 Luta contra a corrupção e o suborno

O proponente deve cumprir toda a legislação aplicável e os códigos e regulamentos em matéria de luta contra o suborno e a corrupção. A Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projectos, caso sejam detectadas quaisquer práticas de corrupção, em qualquer fase do processo de adjudicação do contracto ou durante a execução de um contracto, e

a entidade adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Nos termos da presente disposição, por «práticas de corrupção» entende-se qualquer oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou de recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar actos relacionados com a adjudicação de um contracto ou com a execução de um contracto já celebrado com a entidade adjudicante.

#### 21.4 Despesas comerciais extraordinárias

Uma proposta será rejeitada ou um contracto rescindido se se verificar que a adjudicação do contracto ou a sua execução deu origem ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Tais despesas comerciais extraordinárias equivalem a comissões não mencionadas no contracto principal ou não resultantes de um contracto correctamente celebrado, relacionado com o contracto principal, a comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço legítimo e efectivo, a comissões pagas num paraíso fiscal, a comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado ou a comissões pagas a uma empresa que apresente todas as características de uma empresa de fachada.

Os adjudicatários que comprovadamente tiverem pago despesas comerciais extraordinárias no âmbito de projectos financiados pela União Europeia estão sujeitos, em função da gravidade dos factos observados, à rescisão do contracto ou à sua exclusão definitiva de qualquer financiamento da UE.

#### 21.5 Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o procedimento sempre que se prove que o procedimento de adjudicação foi objeto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude. Se, após a adjudicação do contracto, se verificar que o procedimento de adjudicação de contractos foi marcado por incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude, a entidade adjudicante pode optar por não celebrar o contracto.

### **22. Anulação do procedimento de aquisição**

Em caso de anulação de um concurso, todos os proponentes devem ser notificados da anulação pela autoridade contratante. Quando o concurso for anulado antes da sessão de abertura das propostas, os sobrescritos fechados que ainda não tenham sido abertos devem ser devolvidos aos proponentes nesse estado.

A anulação pode ocorrer quando:

- o concurso se revelou infrutífero, ou seja, não surgiu qualquer proposta suficientemente meritória a nível qualitativo ou financeiro para poder ser aprovada ou não foi apresentada nenhuma resposta válida;
- os elementos técnicos ou económicos do projecto foram fundamentalmente alterados;
- circunstâncias excepcionais ou de força maior impossibilitam a execução normal do contracto;
- todas as propostas conformes às especificações técnicas excederem os recursos financeiros disponíveis;
- tiver havido irregularidades no procedimento nomeadamente se impediram uma concorrência leal;
- a adjudicação não é conforme aos princípios de boa gestão financeira, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o preço proposto pelo proponente ao qual o contracto será adjudicado é objectivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

A autoridade contratante não é, em caso algum, responsável por quaisquer danos, incluindo, de forma não exaustiva, os danos por lucros cessantes de algum modo relacionados com a anulação do procedimento de concurso, ainda que tenha sido informada da possibilidade desses danos. A publicação de um anúncio de concurso não constitui uma obrigação imputável à autoridade contratante no que respeita à execução do programa ou do projecto anunciado.

### **23. Vias de Recursos**

Os proponentes que se considerem lesados por um erro ou uma irregularidade cometida no âmbito de um processo de adjudicação podem apresentar uma reclamação.